

I – INTRODUÇÃO

O texto que se segue tem como objetivo apresentar um debate específico a respeito do tema das humanidades presente em alguns dos livros didáticos de Aroldo de Azevedo. Afinal o que se ensinava a respeito de Geografia Humana por ele? É preciso considerar que o conteúdo do livro didático vem recebendo, indireta e diretamente, diferentes influências no decorrer de suas publicações. Entre essas, discussões a respeito das reformas educacionais e os debates teórico-metodológicos desenvolvidos no interior da Geografia que de certa forma contribuem no andamento do conteúdo a ser ministrado em sala de aula.

Ainda no início da República, na década de 20, a Geografia brasileira é reconhecida como geografia moderna¹, com variados especialistas estrangeiros contratados de países europeus, esses davam continuidade a perspectiva teórica e aos pensamentos de seus países de origem. De acordo com algumas leituras, observa-se que a nova Geografia foi sistematizada por pessoas de “filiações intelectuais distintas... eugenistas... simpatizantes dos estudos etnográficos... e adeptos do darwinismo social” (Machado, 1995, p. 325-326). Seus méritos são indiscutíveis: advogados, médicos, engenheiros e pesquisadores-professores.

O que pouco se fala é a respeito da repercussão dos modelos propostos e desenvolvidos no ensino de geografia. Quais eram suas bases conceituais, metodológicas, teóricas? Quais foram suas contribuições para se pensar a formação territorial do Brasil ou mesmo de alguma de suas partes? Ou mesmo, como esses conteúdos eram recebidos pela população? No momento não temos a pretensão de responder tais indagações, o que seria muita ousadia, mas sim levantar debates.

II – AROLDO E A GEOGRAFIA

No final da primeira República, já na década de 1930², ocorre a Reforma Francisco Campos, com uma grande mudança, escreve Romanelli, “centralizada, determinava: a frequência obrigatória, a implantação de um currículo enciclopédico e de um sistema de avaliação rígido” (1980, p. 135).

É iniciada a construção da ideologia do nacionalismo patriótico, momento que o Estado Novo passa a opinar com mais força a respeito da ciência geográfica no Brasil. Era o Estado forte e interventor que defendia um governo autoritário, necessário para se construir a nação moderna. (Ferraz, 1995, p. 103).

A década de 30 foi marcada pelo surgimento dos primeiros cursos de formação de professores de Geografia. Em São Paulo, em 1934, os cursos de Geografia e História apareceram pela primeira vez (juntos) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sob tutela francesa³, contudo, a influência de Delgado de Carvalho no modelo de geografia a ser ensinada estava cristalizada próxima aos europeus, como a proposta a ser seguida. Fugir dela era renunciar ao papel de formador de consciências modernas e científicas, anunciada pelo positivismo (Pereira, 1955, p. 439-440). Contudo, existe um debate a respeito dos estudos de caráter geográfico no Brasil anterior a criação da FFLCH-USP, sendo denominados puramente descritivos empíricos⁴.

Já no ano de 1934, ocorreu a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, por Pierre Deffontaines, primeiro professor de Geografia da Universidade de São Paulo⁵. Em um breve paralelo, no mesmo período, de acordo com Hobsbawm, “a divisão entre Estados africanos “francófonos” e “anglófonos” que hoje espelha a distribuição dos impérios coloniais franceses e britânicos” (1988, p. 114-115).

A política expansionista territorial do imperialismo francês tomava forma e conteúdo, na exploração do solo, fauna, flora e na divulgação de teorias colonialistas que refletiram para além colônias, que chegaria aos livros didáticos nos períodos posteriores. Tal fato excita a curiosidade de aprofundamento a respeito das matrizes teóricas desenvolvidas pelos professores e, posteriormente, por seus alunos na forma de ensinar a pensar Geografia Humana.

III – A Geografia de Aroldo de Azevedo

É no período varguista (1930-1954), que Aroldo de Azevedo⁶ inicia sua carreira como autor de livros didáticos. Posteriormente, mais de 29 títulos diferentes até 1974 são publicados. Nesse contexto, o autor admite a grande influência da geografia francesa (vidaliana), particularmente dos anos 70 do século XIX, porém, incorporou contribuições procedentes dos EUA, Alemanha e Inglaterra. Nesse momento ocorreram duas reformas educacionais.

A de Francisco Campos (1931-1942), reestruturou o ensino superior, preocupando-se com a formação de professores para o ensino secundário. Foi uma grande reforma, escreve Romanelli, “centralizada, determinava: a frequência obrigatória, a implantação de um currículo enciclopédico e de um sistema de avaliação rígido”. (Romanelli, 1980, p. 135).

A reforma de Gustavo Capanema (1942-1945) reestruturou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: ginásial e clássico ou científico. Concomitante às reformas, Vargas efetua transformações políticas, econômicas e sociais no país, nunca, até então, feitas para a Geografia. É importante lembrar que, de acordo com o MEC, em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, “o Estado institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático do país”, o que viria a ser uma das primeiras políticas de controle de produção como também acerca dos conteúdos presentes no livro didático. Coincidentemente ou não, nesse período é iniciada a construção da ideologia do nacionalismo patriótico, quando o Estado Novo passa a opinar com mais força a respeito da ciência geográfica no Brasil. Era o Estado forte e interventor que defendia um governo autoritário, necessário para se construir a nação moderna (Ferraz, 1995, p. 103).

Entre os intelectuais presentes desse período, estava Oliveira Viana, considerado como o homem do saber, articulado e presente no governo de Getúlio Vargas, estava próximo aos pensadores da Geografia moderna. Oliveira Viana desenvolveu alguns trabalhos, implementou reformas educacionais, praticou as teorias do darwinismo social, o positivismo, a eugenia e o neolamarckismo. Modelos de pensamentos até então discutidos e revistos no século passado, mas agora revistos e republicados nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo.

Por outro lado Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda faziam ferozes críticas a postura de Oliveira Viana, pelos seus modos de pensar. (Machado, 1995, p. 341)

Foi no meio desse contexto histórico e político que Aroldo de Azevedo desenvolve suas idéias. Costa escreve a respeito do tema:

observa-se de imediato que a opção preferencial da esmagadora maioria dos que aqui se dedicaram a eles foi a geopolítica, tal qual formulada por Kjéllen e desenvolvida por Haushofer, isto é a manipulação de alguns conhecimentos “ditos” geográficos para a formulação de esquemas que interessem às políticas de poder. (1992, p. 177)

Como professor no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, as influências da escola francesa sobre suas obras foram fortíssimas, como se pode notar em uma das suas primeiras publicações, em específico, no capítulo XII de “*Raças e povos da Terra*”, no qual apresenta uma divisão das raças segundo “cor da pele, forma do crânio, qualidade do cabelo, forma do nariz, do queixo e classificações de raças” (p. 187)⁷.

O professor Kabengele Munanga⁸ historiciza como o conceito de raça foi empregado nas ciências humanas politicamente, passando pelos escritos desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Tempos Modernos e Época Contemporânea. Posteriormente, discute o conceito de racismo e seus diversos usos e sentidos, passando pelas diversas interpretações do conceito de racismo nos campos da Biologia, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e da Psicanálise, aborda as grandes doutrinas racistas, tais como o gobinismo, o nazismo, o darwinismo social, o que reflete, por exemplo, a Europa Atual, as Américas e o Brasil. A respeito do tema, Munanga escreve que o conceito de raça, “tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Munanga (2004, p. 22).

Uma definição que saiu dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais. Um conjunto de elementos que, para alguns, era necessário para classificar e agrupar colocando juntos os que parecem ser mais semelhantes ou distantes de um grupo social.

Vejamos a figura 1, extraída do livro de Aroldo de Azevedo de 1952, p. 187.

No livro de Aroldo, vemos que ele seguiu as divisões de ordem taxonômica num “universo dos fenótipos” definindo as raças em função da cor da pele (negros, brancos, e amarelos), como a textura do cabelo (lisos, anelados e crespos) ou mesmo tamanhos da caixa do crânio entre dolicocefalos ou braquicefalos, (re)criando variáveis e idéias questionáveis. “O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, o braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos”. (Munanga, 2004, p. 20)

Em outra pesquisa a respeito das doutrinas raciais encontramos a “frenologia e a antropometria como teorias que passaram a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Uma nova craniologia técnica, que introduzia a medição do índice cefálico”. (Schwarcz, 1993, p. 48)

Segundo a autora, teoria desenvolvida pelo antropólogo André Ratzius em meados do século XIX. O critério da morfologia, o tamanho do crânio e seus ângulos, como das demais partes da cabeça, nariz, queixo e lábios entram na avaliação de superioridade e inferioridade humana. Podemos dizer dos discursos de hierarquização de uma raça sobre a outra, a legitimação da dominação. Basta lembrarmos a obra de

Adolfo Hitler, *Mein Kampf* (1925), onde a oficialização da diferença de raças expulsa judeus, muçulmanos, senegaleses e outros que fossem diferentes das leis postas por ele.

Seriam essas teorias desenvolvidas, praticadas e ensinadas por Aroldo de Azevedo? Quais habilidades de ensino o desenho procurava desenvolver nos alunos? É sabido que Aroldo era herdeiro de um longo processo, que acentuou com a expansão das idéias européias sobre demais parte do Mundo⁹. Como explicar a presença desse conceito na figura (1) encontrada (1952, p. 187) nas obras de Aroldo de Azevedo? Com relação a divisão dos grupos humanos, o autor divulga a idéia de que

A cor da pele constitui o traço mais sensível. Por isso mesmo de longa data distinguiram-se três raças: a branca, a amarela e a negra. Mas hoje todos estão de acordo em que esta distinção é insuficiente, porque a pele humana apresenta elevado número de matizes. (1952, p.187).

Por trás de todo modelo e prática de ensino existe uma ideologia.

Com relação a classificação proposta por Aroldo de Azevedo em suas obras, notamos a divisão entre grupos humanos e suas características físicas e comuns, estéticas e morais, chegou a posição numa escala de valores.

Quais seriam essas ideologias? Superioridade e inferioridade? Criadas e desenvolvidas no continente europeu sabe-se que o imperialismo foi a base de legitimidade de dominação e exploração de alguns grupos humanos sobre outros, exemplo a partilha da África¹¹, reflexo da política européia colonialista.

Segundo Capel (1988, p. 80), não esqueçamos, desde logo, que no século XIX, a expansão e consolidação do imperialismo europeu e o domínio colonial de países extra-europeus supunha, ainda que naqueles tempos, um trabalho que previa a exploração associada já normalmente com a atividade geográfica.

Veja a figura 2 desenvolvida na obra de Aroldo a respeito da população.

Em análise da figura 2 e de base na teoria do imperialismo nesse momento histórico, estava ligada a abordagem raciológica da população, que segundo Todorov (1993, p. 26) discute que “a brancura do rosto é uma prova de não barbárie. Eis uma idéia bárbara”, elemento presente a respeito dos grupos étnicos, pois todos que não são parecidos conosco, são chamados de bárbaros. Em outro momento, o pensamento de Todorov (p.25) “Todos os homens são iguais, mas nem todos o sabem; alguns se crêem superiores aos outros, e é precisamente nisso que são inferiores; portanto nem todos os homens são iguais”. A cor da pele foi outro elemento de diferenciação política e humana, histórica no Brasil desde a Colônia, passando pelo Império até a atualidade de Aroldo.

Aroldo de Azevedo ao utilizar o critério espontâneo para dividir os povos da Terra por raças, em seus livros didáticos, teve como fator determinante a cor da pele, que é baseado na característica hereditária, de determinismo genético extremamente rigoroso. Fator, naquele período, muito mal conhecido, porém, intensamente difundido, o que não demonstra ter um sentido biológico. Em Jacquard, “As populações de pele profundamente escura encontram-se, sobretudo, na Melanésia..... no conjunto de ilhas situadas na parte sudoeste do Pacífico, na península indiana e na África, ao sul do Saara, regiões todas próximas ao Equador”, (1988, p. 68).

O mesmo Aroldo tenta desenvolver algumas características a respeito do conceito de raça nos livros didáticos.

Em geral, na linguagem dos que não fazem ciência, reina grande incerteza a respeito das características que devem justificar a existência de uma raça; ora apela-se para as tradições históricas, para a semelhança das línguas e dos costumes, ora fala-se em caracteres físicos, (1952, p.163).

Invocar testemunhos passageiros, de que os homens são e foram iguais entre si, foi uma das desculpas utilizadas e ainda é por alguns intelectuais, dessa forma, dividia e repartia aos demais o peso da responsabilidade política, social que era publicada e reproduzida nos livros didáticos.

Em outra parte, Aroldo escreve: “Nos dias atuais, é impossível encontrar raças realmente puras, isto é, sem nenhum cruzamento com outra, como também não parece razoável admitir-se que exista a superioridade¹² de uma raça sobre outra”. Tal pensamento se contra-põe a Sforza. Para ele “a convicção de que uma raça seja biologicamente superior às outras... resulta da preocupação dos racistas com a “manutenção da pureza da raça” para que a superioridade não desapareça ou diminua”. (Sforza, 2002, p. 317).

Por outro lado, encontra-se em outra obra de Aroldo de Azevedo demais descrições a respeito da população brasileira e das raças, segundo ele, que formavam o território brasileiro com características de elementos geneticistas.

Possuindo notável robustez e grande resistência física o negro presta-se admiravelmente aos trabalhos pesados da lavoura e da indústria. Seu gênio é pouco expansivo e sofredor; sua índole é geralmente pacífica e propícia à submissão. Tem tendência para ser supersticioso e a sua dedicação não conhece limites... Os mulatos são geralmente mais vivos e inteligentes que os negros. Em compensação, possuem menos robustez física e menos disposição para os trabalhos pesados. (Azevedo, 1941, p. 219. 221)

Aqui Aroldo reforça a idéia de superioridade de um grupo humano sobre o outro. O negro possui a índole pacífica se encontra com branco, provavelmente trabalhador e inteligente, gera o mulato mais vivo e inteligente que o negro. Contudo, a classificação e identificação biológica é reforçada e transferida para alguns caracteres sociais. Reproduzindo o texto de Aroldo “O mulato com menor robustez física e menos disposição para os trabalhos pesados”.

Outro exemplo é a figura 3 de Aroldo de Azevedo

A maneira como as fotos são dispostas e descritas no livro didático, reforça a simpatia de Aroldo com as teorias racistas desenvolvidas e praticadas por Joseph Arthur de Gobineau, famoso ensaísta e político francês que escreveu *A desigualdade das raças humanas*, (1853-1855), no qual ele argumentava que a raça suprema correspondia aos alemães, a quem considerava os descendentes de um povo mítico, os arianos. Gobineau foi precursor de idéias que inspiraram Wagner, Nietzsche e o próprio Hitler.

Em *Quem somos?*, Sforza escreve que “Normalmente as pessoas não se esforçam por separar biologia e cultura e com freqüência cometem o erro de considerá-las uma coisa só. Nos tempos de Gobineau teria sido difícil fazer distinção.” (2002, p. 318). Assim se passaram dezessete anos e as idéias de Aroldo de Azevedo estavam cada vez mais fortes diante da formação do povo brasileiro, agora com descrições pejorativas da religiosidade.

O negro brasileiro é geralmente forte. Seu gênio é pouco expansivo, sua índole é pacífica e propícia à submissão. Supersticioso, aprecia a prática de ritos fetichistas... O negro vive em certo isolamento embora não existam entre nós preconceitos de cor. Dedicase a profissões braçais ou aos serviços domésticos, salvo na Bahia onde aparecem todas as profissões. (Azevedo, 1958, p. 81 e 98).

Da colônia ao império, foram inúmeros e diferenciados os povos africanos transportados para o Brasil¹². Cada qual com suas crenças e religiões, as que conseguiram sobreviver passaram por diversas mudanças no que tange aos ritos e tradições, para Aroldo algumas de suas práticas recebe o elogio de poderes mágicos e sobrenaturais. Como também é preciso considerar que são diversos os exemplos de manifestações de origens africanas mantidos por parte da população negra e branca, passando por festejos e outras religiosidades. Contudo, nada se fala nos livros de Aroldo a respeito do negro como sujeito histórico na formação territorial do Brasil. Quais seriam os valores e posicionamentos sociais e políticos que um pai-de-santo ou mãe-de-santo recebiam no Brasil entre os anos 30 e 60?

O autor insiste em dizer que na sociedade brasileira não existe preconceito ou qualquer forma de discriminação. Seriam esses dizeres uma ironia disfarçada?

Mesmo que indiretamente não apresente ideologias científicas como o darwinismo social, o positivismo e o neolamarckismo, que se difundiram na Europa, seu pensamento parece articulado sob tais influências.

Neste quadro, a sociedade aceitava e trabalhava as idéias propostas então pelo professor.

A respeito da educação e suas diretrizes, acontece já em 1945, de acordo com o MEC no Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, “o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º”, o que de certa forma avaliza a distribuição do livro didático entre os alunos e escolas. Mesmo com a possibilidade de escolha a respeito do livro didático, seus conteúdos, formas e modelos, o professorado manteve os trabalhos de Aroldo nas mãos dos alunos.

IV – FECHO PROVISÓRIO

Enfim, em um belíssimo texto a respeito das ideologias no Brasil na década de 30, Machado finaliza seus pensamentos com os seguintes dizeres:

Numa charada cujo tema é o xadrez, qual seria a única palavra proibida? A palavra xadrez, respondeu o outro. Exatamente, diz o primeiro. O jardim de caminhos que se bifurcam é uma enorme charada, ou parábola, cujo tema é o tempo; essa causa recôndita proíbe-lhe a menção desse nome. Omitir sempre uma palavra, recorrer a metáforas ineptas e a perífrases evidentes, é quiçá o modo mais enfático de indicá-las. (1995, p. 346).

A ideologia racista não precisa necessariamente do conceito de raça para se fazer e reproduzir nos meios escolares e na sociedade como um todo. Pode-se afirmar que o conceito de raça é uma construção geopolítica de dominação, disputa de poder, político e ideológico, baseado na fenotípia. Percebe-se que o racismo se mantém pelos conceitos mais cômodos.

Voltamos à pergunta central do texto: qual seria o posicionamento de Aroldo de Azevedo ao utilizar o conceito de raça como maneira para classificação de grupos humanos?

O próprio Aroldo escreve em determinado tópico de seu livro, *Raças e povos da Terra*:

“Será possível classificar raças humanas? – Eis uma pergunta de difícil resposta. Desde o século XVIII, pelo menos tem-se tentado resolver esse problema, mas ainda não se chegou a um acordo definitivo.” (1952, p.189)

Sobre seu posicionamento e reflexão a respeito do tema na Geografia como um todo, buscamos assim confrontar suas idéias com as teorias sobre o racismo e discursos anti-racistas fazendo um contraponto com a sociedade de hoje.

Pode-se dizer que as reformas educacionais serviram apenas como ilustrações a respeito dos diferentes temas na Geografia brasileira.

O segundo livro dentro de casa depois da Bíblia, o livro didático serviu como cópia aos posicionamentos a respeito das idéias vinculadas ao darwinismo social que fortaleceram o racismo e o pré-conceito pré-estabelecido em forma de distorções.

O livro didático, principal instrumento de educação brasileira, como percebe-se nos livros de Aroldo de Azevedo, sugere diferentes interpretações nos dias atuais.

À guisa de conclusão, esse foi um pequeno ensaio a ser melhor trabalhado. Sabemos que ficaram lacunas e teorias a serem melhor debatidas com diferentes autores das ciências humanas, mas isso não impede que tal proposta venha a público para futuras críticas e sugestões.

¹ Ferraz (1994, p. 01-06) tais discussões foram influenciadas por Delgado de Carvalho, que regressa para ao Brasil em 1920, trazendo na bagagem a influência de geógrafos ingleses e norte-americanos, fato que o diferenciava dos geógrafos brasileiros que eram restritos aos franceses e alemães. Em 1925, publica o seu mais importante livro, didático *Methodologia do Ensino Geographico*, criticando o fato da geografia ensinada no Brasil possuir o caráter meramente decorativo. Delgado torna-se defensor de uma Geografia Moderna de caráter científico. Posteriormente faz parte do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, documento que formalizava o pensamento mais avançado da intelectualidade brasileira relacionado à educação.

² De acordo com o MEC, em 1929, o Estado cria um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüente-mente, auxiliando no aumento de sua produção.

³ Para Petrone (1979, p. 318) “as principais obras utilizadas pelos universitários eram francesas, inclusive porque essa língua estava ao alcance de quase todos... a influência da denominada escola francesa na orientação metodológica”. Entre os professores tinha-se Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig.

⁴ Azevedo (1954, p. 45), a geografia - corografia - entendia-se por “enumeração dos fenômenos naturais, humanos, econômicos e políticos com uma riqueza de detalhes impressionante que obrigava os alunos decorar listas imensas de nomes e número”.

⁵ Em Andrade (1987, p. 92). Os geógrafos paulistas juntamente com os do Rio de Janeiro deram à associação um caráter nacional. A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da Geografia brasileira... decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do País para debaterem temas e questões; realizar em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgar métodos e técnicas.

⁶ Para Aroldo de Azevedo, autor do livro *Geografia Geral para a Primeira série Ginásial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. Esse é o primeiro livro didático do autor.

⁷ Azevedo, Aroldo. *Geografia Geral*. Companhia Editora Nacional, 1952, São Paulo.

⁸ Ver a disciplina *Teorias sobre o racismo e discursos anti-racistas*, no Programa de Antropologia Social, Dr. Kabengele Munanga, na Universidade de São Paulo.

⁹ Um dos melhores exemplos a respeito desses modelos de ensino, ver Schwartz, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. A autora salienta, especificando conceitos de influência alemã, francesa e inglesa que recaiu sobre o pensamento de intelectuais do século XIX, deixando alguns traços no século XX (p. 43).

¹⁰ Para reforçar, ver Wesseling, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África: 1880-1990*. Rio de Janeiro: Revan/Ed.da UFRJ, 1998.

¹¹ Os itálicos constam presentes na obra de Azevedo (1952, p.163).

¹² São inúmeros os historiadores que trabalham com o tema a respeito da escravidão, possuindo períodos diferenciados, dados, cálculos e recortes a respeito da população africana inserida no Brasil, entre eles, Karasch (2002, p. 44) fala das principais nações no Rio de Janeiro que eram de “mina, cabinda, congo, angola, moange, mucena, mo-çambique... anjicos, monjolas, gabãos, capundas, reboas, mombassas e cajúes”, isso em 1850.

V – BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia – ciência da sociedade: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1987.
AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia Geral para a Primeira série Ginásial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *Geografia Humana*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

_____. *Geografia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

_____. *Geografia Geral*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1952.

_____. *A geografia em São Paulo e sua evolução*. In Boletim Paulista de Geografia nº 16, São Paulo, AGB, 1954.

_____. *O Mundo em que vi-vemos*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

_____. *Os Continentes*. São Paulo, Nacional, 1963.

BRUNSCHWING, Henri. *A Partilha da África Negra*. [Trad. Joel J. da Silva], São Paulo: Perspectiva, 2004, (Coleção Khronos, 6 / dirigida por. J. Guinsburg).

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcanova, 1983.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FERRAZ, Claudio Benito O. *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira 1913 a 1942*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JACQUARD, Albert. *O elogio da diferença*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)*. In Castro, Iná E. et alii (orgs) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 309-349, 1995.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PETRONE, Pasquale. *Geografia Humana*. In. História das Ciências No Brasil. Coordenadores, Ferri, Mario [et.alii]. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.

ROMANELLI, Otaiza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SFORZA, Luca Cavalli; Sorza, Francesco Cavalli. *Quem Somos? História da Diversidade Humana*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A Reflexão Francesa Sobre a Diversidade Humana*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.

Site:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>, a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Rosemberg Ferracini é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo-USP.